



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 095/096/097

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 095

79ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	04
Projetos de Lei	04
Pequeno Expediente:	
Dep. José Domingos Scarpellini	05
Dep. Elza Correia.....	06
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PP/PSB	
Dep. José Domingos Scarpellini	05
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	07
Discussão / Votação:	
2ª Discussão	07
1ª Discussão	07
Requerimentos	12
Encerramento da Sessão	12

DIÁRIO Nº 096

80ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	13
Presenças	13
Abertura da Sessão	13
Expediente:	

Requerimentos	14
Projetos de Lei	15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	18
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	18
2ª Discussão	19
1ª Discussão	19
Requerimentos	24

Encerramento da Sessão24

Publicações:

Comissão Executiva	
Atos.....	24
Diretoria Geral	
Portaria DAT	25
Ata de Comissão	
Constituição e Justiça	25

DIÁRIO Nº 097

15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	27
Presenças.....	27
Abertura da Sessão	27
Expediente:	
Requerimentos	27
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	27
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	28
2ª Discussão	28
Requerimentos	29
Encerramento da Sessão	29

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 095

79ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	04
Projetos de Lei.....	04
Pequeno Expediente:	
Dep. José Domingos Scarpellini	05

Dep. Elza Correia..... 06

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PP/PSB

Dep. José Domingos Scarpellini 05

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 07

Discussão / Votação:

2ª Discussão 07

1ª Discussão 07

Requerimentos..... 12

Encerramento da Sessão 12

DIÁRIO Nº 095

79ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Padre Paulo Campos.

Presenças:

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter,

Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Vanderlei Iensen (33).

Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimentos****REQUERIMENTO Nº 2039**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 de agosto (quarta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Professor Jayme Gonçalves Diniz.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor-Presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Sr. Rubens Ghilardi, solicitando a inclusão no Programa Luz Para Todos, dos contribuintes solicitantes no documento anexo.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 444/06**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas compradoras de fumo em folha ficam obrigadas a classificar e pesar o fumo na propriedade do fumicultor no ato da compra e carregamento.

I - Ao pesar o fumo a empresa compradora deverá emitir um extrato em papel timbrado assinado pelo representante da mesma e pelo produtor, onde deverá obrigatoriamente constar de forma detalhada a quantidade em quilos de fumo, a classe do produto e preço relativo a cada classe, bem como o valor unitário e total;

II - é assegurado ao produtor o direito de solicitar a presença de técnicos de órgãos oficiais estaduais tais como Claspas e Ipem, a fim de dirimir dúvidas relativas ao peso, classe do fumo, no ato da compra e carregamento.

Art. 2º O não cumprimento das disposições da presente lei sujeitará o infrator ao pagamento de multa ao produtor no valor correspondente a 2.000 Kg de fumo em folha da classe de maior valor comercial por infração.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

A presente lei visa tornar mais clara, justa e transparente a relação entre os fumicultores e as empresas compradoras de fumo em folha no nosso Estado. É muito grande o volume de reclamações de fumicultores que se sentem prejudicados na venda do seu produto, principalmente porque as empresas compradoras não informam de forma clara e objetiva os critérios utilizados para efetuar a classificação dos diversos tipos de fumo. Atualmente a pesagem e classificação do fumo é realizada nos estabelecimentos das empresas, o que dificulta o retorno da mercadoria ao produtor, caso o mesmo não concorde com a classificação, principalmente pelo custo do frete.

Com a classificação e pesagem do fumo na propriedade, o produtor já saberá quanto vai receber pelo seu produto e terá oportunidade de solicitar a mediação de órgãos oficiais estaduais caso tenha dúvidas sobre as classes de enquadramento do seu produto.

PROJETO DE LEI Nº 445/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Familiar Rural, do município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 08.080.631/0001-70.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

A Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul, inscrita no CNPJ nº 08.080.631/0001-70, com sede na Colônia Taquaral, município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, tem por finalidade a formação técnica, humana e gerencial dos jovens do meio rural, que desenvolvem a agricultura familiar, permitindo que as pessoas se qualifiquem e possam adaptar-se a evolução da profissão em conjunto com a sua família e comunidade onde vivem.

A Casa Familiar Rural de São Mateus do Sul foi inaugurada em dezembro de 2005, iniciou suas atividades em abril de 2006, contando com o quadro de três professores, dois monitores e duas merendeiras, e adota o método da alternância, onde os jovens convivem uma semana com a família e com a comunidade, aplicando na prática os conhecimentos adquiridos e uma semana na Casa Familiar Rural, adquirindo novos conhecimentos para a vida profissional e para sua formação geral.

A casa é mantida apenas por convênios firmados com os municípios de São Mateus do Sul, São João do Triunfo, Antonio Olinto e gerenciada pela Associação da Casa.

A aprovação do referido projeto facilitará a esta entidade a execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do poder público estadual.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos fazer uma saudação toda especial aos alunos do Colégio Estadual Júlia Vanderlei, acompanhados da professora Isamara, que leciona História naquele colégio, para a 7ª série D. As nossas boas-vindas e a nossa saudação toda especial por estarem nesta Casa de Leis.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje nós recebemos na Assembléia Legislativa uma comissão de desapropriados do Parque Nacional de Ilha Grande. Essa comissão veio a Curitiba e ao Ibama com o objetivo de reivindicar do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente o pagamento de suas propriedades desapropriadas através do decreto que institui a criação do Parque Nacional de Ilha Grande.

No entanto, Deputado Welter, ligado àquele problema e à causa maior que é a criação do Parque, são proprietários da posse que foi reconhecida, a partir de 1982, pelo Incra, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que reconhece que aquelas pessoas detêm posse, detêm o direito para a aquisição do domínio, isso já em 1982. O Incra que é uma autarquia federal emite o seu cadastro e por conseguinte na emissão do cadastro começa a haver cobrança dos impostos. Essa cobrança de impostos gera então um direito que vai além do direito possessório, vai ao direito dominial sobre o imóvel que por questão meramente burocrática não foi expedido o documento para aquelas famílias que habitam e exploram as ilhas do complexo de Ilha Grande no Parque Nacional

de Ilha Grande na fronteira entre o Paraná, Mato Grosso e nas proximidades fronteiriças também com o Paraguai.

Para os que já têm domínio foi dada a possibilidade do pagamento do débito florestal que os proprietários do continente têm para com o meio ambiente. Então a averbação legal para quem tem documento, o Ibama, o IAP autorizou e para quem só tem a posse, mesmo reconhecida pelo Incra, não existe esta autorização. Não se pode então permutar, para fins de averbação de reserva legal, as posses. Ora, se não pode averbar, o Governo Federal deveria pagar essas posses em dinheiro, mas não o tem. No Código de Florestas está estabelecido que a averbação de reserva legal deve-se fazer nas áreas tituladas e nas áreas em que as pessoas têm a sua posse mansa e pacífica, que é o caso. Assim sendo, então estas áreas deveriam também ter sido contempladas para que as pessoas detentoras...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. usará do Horário da Liderança?

(Assentimento)

Concedido.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, estas posses também deveriam ter sido incorporadas juntamente com aqueles proprietários que mantêm domínio para poder dar essas posses para averbação de reserva legal. No entanto, a Procuradora do Ibama aqui no Paraná, contrariando o princípio da lógica, contrariando o princípio da propriedade, porque a propriedade não se forma só pelo domínio, se forma também pela posse, pelas benfeitorias.

Agora, pergunto à Assembléia Legislativa do Paraná, aos Srs. Deputados, ao Ibama e ao Incra: "Já faz dez anos que esses proprietários foram despejados através da força policial, lá do Complexo de Ilha Grande?" As suas posses, é evidente, as pastagens, as casas, os currais, as mangueiras já se danificaram ao longo desses dez anos, porque o despejo realizado lá foi em 1996 e 1997. Portanto, dista dez anos, o que já desfigurou aquelas posses existentes e que o Ibama agora está se negando a recebê-las como pagamento de reserva legal das propriedades do continente.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós estamos encaminhando um documento à Procuradoria do Ibama para que a sua Superintendente aqui no Paraná, Dra. Andréa Vulcanis possa rever esta situação e também fazer justiça para com esses proprietários que não mantêm domínio, mas que mantinham a posse mansa e pacífica reconhecida pelo IAP e pelo Incra, em carta de documentos, em mapas e na cobrança de impostos, ou será que a pessoa é reconhecida para pagar o imposto e esse imposto não dá a ele, a segurança da sua posse e da sua pretensão de domínio sobre aquela posse? Nesse sentido, Sr. Presidente é que nós vamos fazer essa reivindicação, porque entendemos ser de justiça, contemplar aqueles que estão à margem hoje desse procedimento de

averbação legal que já foi um grande passo para quem tem os documentos lá em Ilha Grande.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderíamos deixar de falar do debate que a Rede Bandeirantes de televisão proporcionou ontem entre os candidatos ao Governo do Paraná. Queremos em primeiro lugar cumprimentar o jornalista José Ville pela condução exemplar que deu aos trabalhos e àquele embate entre os candidatos ao Governo paranaense.

Entendemos que o regime democrático precisa exercitar a discussão, o confronto das idéias para que o povo possa tirar dali o proveito da sua inteligência e, das informações do confronto, procurar escolher aquele que melhor e mais segurança passar à população. E ontem o debate foi um debate interessante, porque nos fez memória do outro debate de quatro anos quando os dois candidatos: o Governador Roberto Requião e o Senador Álvaro Dias se confrontaram na TV. E naquela oportunidade o tema maior do debate foi o compromisso do Governador Roberto Requião em assumindo o Governo no dia 01 de janeiro acabar com o pedágio. Ou o pedágio baixa ou acaba. Não foi isso que o povo do Paraná viu, não foi isso que aconteceu, mas foi o tema principal daquele debate.

Ontem o tema passou a ser as terras adquiridas pelo Senador Osmar Dias lá em Tocantins, que legitimamente lhe pertencem por um histórico garantido pelo seu imposto de renda, pela sua renda, pelo seu trabalho. E no entanto foi o motivo de algumas acusações feitas contra o Senador e candidato ao Governo do Paraná, Osmar Dias, que explicou de maneira clara, de maneira transparente aquilo que para alguns é motivo de levianas acusações. Vimos o candidato ao Governo do Paraná, o ex-caminhoneiro Antônio Fortes e não soube convencer o seu pequeno eleitorado, uma vez que se perdeu na defesa equivocada do Governo e atirando para todos os lados para poder justificar os compromissos que tem para aqueles que não atenderam a categoria dos caminhoneiros, que não atenderam as reivindicações e os compromissos que foram assumidos com a categoria. Mas o Sr. Antônio certamente vai continuar nessa luta em defesa dos caminhoneiros e quem sabe, depois dessa eleição e do sucesso, até comprar um novo caminhão se tudo der certo nas hostes do Governo.

Assim o debate se realizou. Pode-se entender que o fio da democracia, por pior que seja, é melhor do que as melhores. Portanto, Sr. Presidente, ela é feita bem assim.

Ontem, depois de muito tempo fui cumprimentado por S. Exa. o Governador Roberto Requião de Mello e Silva e as nossas divergências são políticas, não temos nada de pessoal. E espero que o Paraná possa encontrar o seu verdadeiro destino, que é a sua vocação agrícola, o interior do Estado que está privilegiado no programa de Governo e do Senador Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra à Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas.

Quero cumprimentar a professora Zamara, professora de História, os alunos do Colégio Júlia Wanderlei que nos visitam nesta manhã. Entendo como fundamental a participação de estudantes na Assembléia para acompanharem aqui os trabalhos, porque isso ajuda na formação da cidadania.

Hoje temos um projeto na pauta do item 7, de autoria do Presidente Hermas Brandão, que dispõe sobre o abono de faltas aos professores e servidores da Rede Estadual de Ensino, que fizeram manifestação pública no dia 28 de março, dia da paralisação, com pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e que vamos votar hoje.

Queria dizer que não vou entrar no mérito das questões de desentendimentos e outros problemas entre o Presidente da APP licenciado e o Secretário Maurício Requião, mas queria expressar aqui a minha preocupação à medida que tenho uma participação grande no Movimento de Mulheres no Brasil e tenho defendido incondicionalmente o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir do momento em que sou professora e oriunda dos movimentos sindicais.

Preocupa-me a situação das professoras que têm crianças pequenas, por exemplo, que é o caso da Mariel que tem que viajar até Maringá para dar aulas e deixar a sua filha de oito anos sozinha aqui em Curitiba ao cuidado de amigos, criando inclusive um problema familiar. Ontem ela conversava comigo e eu fiquei bastante preocupada com essa situação. E também com a Maria do Carmo que tem que dar aulas, foi obrigada a voltar para a sala de aula em Pitanga e da mesma forma tem que fazer essas viagens deixando três crianças, uma de três, nove e onze anos sozinhas aqui em Curitiba.

Acho que essas situações não combinam com nosso estilo de governar. Não combinam com as preocupações colocadas por nós pelo nosso Governo em relação à questão da educação. Particularmente nesse aspecto não posso concordar, porque queiramos ou não, os dirigentes da APP foram eleitos e como tal devem cumprir o seu mandato enquanto sindicalistas.

Portanto, entendo que devemos, na Assembléia Legislativa como um todo, não só esta Deputada, como Presidente da Comissão de Educação, mas dos companheiros que fazem parte da Comissão, Deputados Barbosa Neto, Cida Borghetti e demais companheiros; venho tentando intermediar junto à Casa Civil, tenho conversado com o Governador, mas gostaria de dizer que temos que, como Comissão, intermediar e tentar resolver esta questão.

Combinamos e pedimos à Casa Civil, ao Dr. Iatauro que amanhã receba uma Comissão, às 11h00 para que a pauta de reivindicação dos professores seja colocada. Infelizmente não estarei aqui. Esforcei-me para estar, mas não será possível. Então, do meu gabinete vai

uma assessora e já reforcei várias vezes a importância de vocês serem recebidos amanhã, e esta manifestação minha, aqui, já é de conhecimento tanto do Governador como da Casa Civil.

Entendo que a falta colocada na ficha funcional dos professores atrapalha substancialmente seu crescimento na carreira e prejudica os professores. Então, como professora, como Presidente da Comissão, como cidadã e como mãe, coloco estas preocupações porque acho que temos questões muito maiores que esta para resolver e que este impasse não ajuda absolutamente a democracia, não ajuda absolutamente nada a questão da relação que temos que ter, de tranquilidade, de serenidade, com os dirigentes da APP e também com a questão da educação.

É esta a minha posição. Vou votar favoravelmente ao projeto do Deputado Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais inscritos no Pequeno Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se de imediato à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 33 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2039, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 de agosto de 2006, (quarta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/06, de autoria do Deputado Padre Edson Praczyk, declarando de Utilidade Pública o Projeto Edinilse Aquino Pimentel, com

sede e foro no município de Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/06, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declarando de Utilidade Pública a Associação Evangélica Gerônimo Moreira, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública a Associação Coral Renascer, com sede e foro no município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Municipal e Adjacências, com sede e foro no município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, autorizando o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 40/06, de 03/05/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 229/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino do Estado do Paraná, para que os jovens possam escolher o seu futuro profissional. O teste servirá para apontar as aptidões necessárias para cada profissão.

Fundamentação

A nossa Carta Constitucional enaltece a educação como direito de todos e dever do Estado. Assim estabelece o artigo 205:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cida-

dania e sua qualificação para o trabalho.

No mesmo sentido, a Constituição do Estado do Paraná estabelece como dever do Poder Público Estadual a normatização e elaboração de meios para assegurar a justa aplicação da Educação em nosso Estado. Assim prescreve o seu artigo 183, a saber:

Art. 183. Compete ao Poder Público Estadual normatizar e garantir a aplicação das normas e dos conteúdos mínimos para o ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos universais, nacionais e regionais.

Nesse contexto, o Governo Federal elaborou uma lei ditando as diretrizes e bases para a educação. Então, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tal lei, em seu artigo 10, inciso V, incumbe ao Estado o dever de baixar normas complementares para seu sistema de ensino:

Art. 10. Os estados icumbir-se-ão de:

(...)

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino. (grifo nosso)

Conclusão

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opinamos pela constitucionalidade do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 229/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Francisco Bühner, autoriza o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino do Estado do Paraná.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado Ratinho Júnior.

Chamada esta Comissão a se manifestar, consideramos que a matéria é de grande benefício ao aluno com menor recurso, garantindo a melhoria da qualidade de vida.

Diante do exposto, em razão de não vislumbrar qualquer óbice, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 229/06.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis especificados ao município de Vitorino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e

COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 57/06, de 24/05/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 294/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 294/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Vitorino os imóveis matriculados sob nºs 8320, 8330, 8331, no Segundo Ofício de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, consistentes nos lotes 12-A, 13 e 14, da quadra nº 05, sita a Rua Fracaro, na cidade de Vitorino, Estado do Paraná, bem como eventuais benfeitorias.

Fundamentação

O projeto apresentado não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece condições para a doação e alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Estado em seu artigo 10, que assim dispõe:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Como se vê, a regra constitucional é de que os bens imóveis de propriedade do Estado não podem ser objeto de doação ou utilização gratuita, podendo ser feita somente em alguns casos e mediante os requisitos estabelecidos no artigo 10, a saber:

a) autorização legislativa;

b) que o beneficiário seja pessoa de direito público interno, órgão ou fundação da administração direta e indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, devendo ainda ser declarada de Utilidade Pública.

Quanto à técnica legislativa, há de modificar o artigo 4º do projeto de lei em apreço, atendendo o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas:

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente pela regular tramitação do projeto na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 294/06

O artigo 4º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 294/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar os imóveis especificados ao município de Vitorino-PR.

Os imóveis objeto desta proposta, foram doados ao Estado há quase quatro décadas, sendo que não há qualquer utilidade aos mesmos.

Há interesse de entidades municipais em aproveitar os terrenos em prol do interesse público, ampliando a geração de empregos, satisfazendo a exigência preconizada pela Constituição Federal.

Por tratar-se de matéria de elevado cunho meritório, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
MILTINHO PUPIO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre abono de falta aos professores e servidores da rede estadual de ensino que fizeram manifestação pública no dia 28 de março de 2006. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 71/06, de 14/06/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 330/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, propõe a este Legislativo aprovar lei ordinária que anistia os professores da rede estadual de ensino quanto a qualquer penalidade, inclusive abonar a falta, bem como toda e qualquer outra repercussão na sua vida funcional, em face da manifestação realizada por qualquer categoria no dia 28 de março de 2006.

A proposição já recebeu anteriormente parecer contrário desta Comissão, de lavra do Deputado Barbosa Neto, por considerá-lo inconstitucional.

Apresentado recurso na forma regimental, retorna o projeto para nova análise por parte desta Comissão,

destacando-se haver entendimento em sentido contrário ao que anteriormente fora aprovado.

Voto e Fundamentação

A proposição trata de matéria funcional de servidores públicos do Estado, cuja iniciativa, a rigor, efetivamente é de iniciativa privativa do Executivo. Aliás, sequer norma legislativa prescindiria, pois simples ato administrativo, devidamente fundamentado, seria o suficiente para se reconhecer o pleito.

No entanto, por envolver a figura jurídica da anistia, sem qualquer aumento de despesa ao erário público, vez que apenas obriga o Estado pagar o que já é de direito dos servidores, sem puni-los por sua participação em movimento que foi reconhecido como legítimo e mesmo amparado por decisão judicial que reconhecia o direito do que os servidores estavam reivindicando, entendemos que a matéria pode ser de iniciativa do Parlamento, associado ao fato de que o próprio Executivo inclina-se pela sanção desta norma, acautelando-se assim, com base em lei ordinária, por qualquer questionamento pela anistia que reconhece ser devida.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 330/06, a fim de ser apreciado pelas comissões de mérito e pela Plenária, quanto à conveniência e oportunidade da proposição.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 330/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Hermas Brandão, tem o escopo de abonar as faltas de professores e servidores da Rede Estadual de Ensino que fizeram manifestação pública no dia 28 de março de 2006.

Legitimidade e Legalidade

A Constituição Federal assim assegura:

Art. 7º São diretos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná, Lei 6174/70, dispõe de maneira expressa no artigo 55 dizendo:

Art. 55. Nos dias úteis, só por determinação do Chefe do Poder Executivo podem deixar de funcionar as repartições estaduais ou ser suspensos os seus trabalhos.

Diz ainda a Constituição Estadual:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Extraí-se dos textos legais supracitados, o entendimento que o Chefe do Poder Executivo, no exercício regular da Administração Pública Estadual, é quem tem competência para deliberar sobre os servidores públicos estaduais, com o auxílio das Secretarias vinculadas.

Nesse sentido, cabe ao Governador, enquanto Chefe do Poder Executivo, decidir também a respeito de faltas dos seus servidores, como no caso do projeto que ora se apresenta.

Tanto é sabido, que assim já o fez, por último no Decreto sob nº 2946/04, quando o Governador do Estado abonou as faltas dos professores e servidores da rede estadual de ensino, que fizeram manifestação pública no dia 23 de abril de 2004.

Trata-se de mesmo caso, visto que, o presente projeto pretende garantir o abono da falta dos professores em razão de uma nova manifestação. Claro fica então, que do mesmo modo deve ser processado o abono, com a determinação do Chefe do Executivo, não oriundo da vontade desta Casa de Leis.

Deve assim, o Governador do Estado, diante da condição de Chefe da Administração Pública Estadual, órgão máximo no âmbito institucional conceder o abono por meio de Decreto, se assim verificar a necessidade. O presente projeto tornar-se-á eivado do vício de iniciativa, portanto inconstitucional, caso não seja extinto, para que essa medida seja apresentada pelo Poder Executivo via Decreto.

Conclusão

Diante do ora exposto, o abono de faltas dos professores, somente poderá entrar em vigência no ordenamento jurídico em consonância com os ditames formais e matérias de constitucionalidade, se respeitar a iniciativa da propositura da mesma, que no caso em análise, será mediante decreto do Poder Executivo, visto sua competência no poder diretivo da Administração Pública Estadual.

Assim, em sede de parecer, opinamos pela transformação do presente projeto em Indicação Legislativa, para que o Poder Executivo possa exercer essa faculdade que somente a ele é garantida.

Sala das Comissões, em 28.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA RECURSO CONTRA ARQUIVAMENTO PROJETO DE LEI Nº 330/06

RECORRENTE: Deputado Hermas Brandão

Insurge-se a postulante contra o parecer, aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser inconstitucional o Projeto de Lei nº 330/06, de sua autoria.

De acordo com o que determina o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 33, parágrafo 2º, alínea

a: “sempre que a Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

Conforme se depreende da leitura do supra citado artigo do Regimento Interno desta Assembleia, a impugnação do autor a esta Comissão Permanente deve ser protocolada no prazo de 15 dias, a contar da publicação do parecer.

O parecer contrário, de relatoria do Deputado Carlos Simões, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 28 de junho de 2006, no entanto, ainda não foi objeto de publicação.

Assim, considerando-se a inexistência de publicação da referida decisão, conseqüentemente, a Impugnação ora em análise, protocolada junto à Comissão de Constituição e Justiça no dia 07 de agosto de 2006, está dentro do prazo recursal.

Portanto, deve ser conhecido.

Desta forma, com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dou provimento ao recurso, no sentido de determinar que seja o Projeto de Lei nº 330/06 incluído na pauta para nova deliberação.

Determino ainda, a nomeação de novo relator.

Publique-se.

Sala das Comissões, em 16.08.06.

(a) DURVAL AMARAL
Presidente

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 330/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispõe sobre abono de falta aos professores e servidores da Rede Estadual de Ensino que fizeram manifestação pública no dia 28 de março de 2006.

Sobre a constituição e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado Elton Carlos Welter.

Chamada esta Comissão a se manifestar, consideramos que a matéria é de grande benefício ao aluno com menor recurso, garantindo a melhoria da qualidade de vida.

Diante do exposto, em razão de não vislumbrar qualquer óbice, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 330/06.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

REQUERIMENTO

Senhor Presidente da CCJ:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e com base na alínea “a”, do inciso X, do parágrafo segundo, do artigo 33 do Regimento Interno, REQUER a impugnação do relatório oferecido em 28.06.06, ao Projeto de Lei nº 330/06, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o abono de falta de professores e servidores estaduais que fizeram manifestação pública no dia 28 de março de 2006.

Lembramos aos nobres membros da Comissão de Constituição e Justiça que a proposição tem o objetivo de fazer justiça aos valorosos professores e servidores do nosso Estado, que já foram amparados, anteriormente, pela Lei nº 13.669, de 12 de julho de 2002, com o mesmo teor.

Sala das Comissões, em 04.08.06
(a) BARBOSA NETO

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultura Franciscana, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 14.06.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 381/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Franciscana, com sede no município de Ponta Grossa e foro no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro nesta Capital. **PARECER**

FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01.08.06).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 384/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila Solitude II, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 388/06, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declarando de Utilidade Pública a Anpare - Associação Nacional de Pesquisa em Arte Educação e Cultura, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 388/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcos Isfer, declara de Utilidade Pública a Associação Nacional de Pesquisa em Arte Educação e Cultura - Anpare, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declarando de Utilidade

Pública a Associação dos Catadores de Papel - Ascapa-bel, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/06, de 08.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 398/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declara de Utilidade Pública a Associação de Catadores de Papel, com sede e foro no município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2040 e 2041, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 419 e 422/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 229, 294 e 330/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 244, 368, 385, 395 e 418/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/06.

Levanta-se a Sessão.



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 096

80ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	13
Presenças.....	13
Abertura da Sessão	13
Expediente:	
Requerimentos.....	14
Projetos de Lei.....	15
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	18
Discussão / Votação:	

3ª Discussão	18
2ª Discussão	19
1ª Discussão	19
Requerimentos.....	24
Encerramento da Sessão	24
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	24
Diretoria Geral	
Portaria DAT.....	25
Ata de Comissão	
Constituição e Justiça.....	25

DIÁRIO Nº 096

80ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Nereu Moura e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dez horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter,

Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Vanderlei Iensen (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Milton Pupio, Natálio Stica, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 30 de agosto, conforme requerimento aprovado, do Sr. Deputado Padre Paulo Campos.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2049-A

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Bento Tolentino, ocorrido no dia 25 de agosto de 2006, na cidade de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa Josilene Saad, enviando correspondência à Rua São Paulo, nº 1546, Centro, CEP 85800-021

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Vão sentir falta do Sr. Bento Tolentino, familiares e incontáveis amigos que conquistou em sua longa caminhada política. Árduo defensor das causas sociais, começou sua carreira em 1970, no Movimento Estudantil.

Tornou-se conhecido e muito respeitado por seu trabalho, principalmente na cidade de Cascavel, onde residia com sua família. Seu sobrenome e parentesco é tradicional na região e está intimamente ligado com o pioneirismo e desenvolvimento do município.

Dedicou-se a uma série de cargos públicos. Foi Vereador, suplente de Vereador, Secretário da Agricultura de Cascavel, Superintendente da Acesc - Associação dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel, Diretor do extinto Banco do Estado e fiel atuante do PMDB.

Deixa saudades profundas na esposa Josilene Saad e nos filhos Eduardo Vinícius e Juliano Ricardo. Que Deus receba a alma de Bento Tolentino em Sua morada eterna e que conforte os corações dos que sofrem com sua ausência.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família sinceros votos de condolências.

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ernesto Luiz Picolotto, ocorrido em 24 de agosto de 2006, na cidade de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através do seu filho, Prefeito do Município, Adir Picolotto, enviando correspondência à Rua Barão do Capanema, 134 - Centro, CEP 85520-000, Prefeitura Municipal de Vitorino/PR.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Homem do Campo, muito conhecido em seu município, Ernesto Luiz Picolotto, vai fazer muita falta para amigos e familiares. Seus exemplos de honestidade e trabalho vão marcar para sempre a lembrança daqueles com quem conviveu.

Foi lutando pelas causas sociais e lidando com agricultura diariamente, que esse respeitado cidadão contribuiu para o desenvolvimento do município de Vitorino. Além disso, participou ativamente do Conselho Diretor de sua cidade, sendo Presidente do mesmo na época da construção da atual capela.

Por seus esforços e sua vida honrada lhe é prestada essa singela homenagem. Que Deus o acolha em Sua morada eterna e console os corações dos que sofrem com sua ausência.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre a dolorosa missão de enviar sinceros votos de pêsames e condolências à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Gervásio de Sena Sobrinho, ocorrido no dia 27 de agosto de 2006, na cidade de Catanduvas/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa Nelci Rodrigues de Lima Sena, enviando correspondência ao endereço Rio da Ilha, Catanduvas/PR.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte retira do nosso meio pessoas com quem convivemos diariamente e dá espaço à dor da saudade.

Que Deus receba o Sr. Gervásio de Sena Sobrinho, que tanto amor dedicou à Diretoria da Capela de sua Comunidade Rio da Ilha. Por ter ajudado a difundir a fé entre as pessoas que conhecia, que ele encon-

tre a paz e o descanso que só Deus pode proporcionar.

Ficam as boas lembranças e o exemplo de humildade desse agricultor que com seu trabalho contribuiu para o desenvolvimento do município de Catanduvas.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, sinceros votos de pêsames.

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ermelino Luiz Canzi, ocorrido no dia 22 de agosto de 2006, na cidade de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa Sra. Irman Canzi, enviando correspondência à Av. Brasília, s/n, Centro, CEP 85465-000

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A dor e a tristeza da perda se instalam no coração de familiares e amigos. A morte levou o Sr. Ermelino Luiz Canzi, mas deixou em nossas lembranças o exemplo de um homem íntegro e querido.

“Seo” Ermelino foi um agricultor dedicado. Contribuiu fortemente para a emancipação de seu município, além de ser um dos pioneiros de sua região. Por seus esforços lhe foi concedido o título de Cidadão Honorário de seu município.

Sua passagem por essa vida foi motivo de orgulho e gratidão para aqueles que puderam conviver com ele.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 2046

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Genuíno Galvani, ocorrido em 25 de agosto de 2006, na cidade de Espigão Alto do Iguaçu/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua filha Izair Beilke, enviando correspondência à Av. Brasília, 551, CEP 85465-000 - Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Espigão Alto do Iguaçu perdeu com a morte de Genuíno Galvani um dos representantes mais fiéis de sua

terra. Pioneiro do município, “Seo” Genuíno conhecia Espigão e sua gente como a palma da mão.

Amou seu município e defendeu os interesses da comunidade em todos os momentos. Faleceu aos 92 anos. Era querido e admirado por todos os que o conheceram.

Que esse homem cristão seja recebido por Deus em Sua morada e possa descansar em paz.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consignação nos Anais da Sessão Plenária do dia de hoje, de votos de efusivas congratulações ao Sr. Henrique Deckmann, ilustre Prefeito Municipal e ao Sr. Eliseu Spagnol, ilustre Vice-Prefeito, respectivamente, do município de Marapá; ao Vereador Elmer Ari Schadech, ilustre Presidente da Câmara Municipal local e nobres Pares, e ao Sr. Euclides Kreutz, Chefe de Gabinete e Presidente da Comissão Organizadora pela exemplar e bem conduzida organização e condução das festividades e eventos da 9ª Festa das Orquídeas e do Peixe, que aconteceu no último final de semana, de 24 a 27 de agosto.

Os cumprimentos aqui solicitados, são extensivos a todas as pessoas que se empenharam e trabalharam pelo largo sucesso da festiva comemoração.

Caso aprovada a presente proposição, o Deputado proponente requer seja dado ciência da mesma, via correspondência, ao Sr. Henrique Deckmann, Digníssimo Prefeito Municipal de Maripá, com votos de largo sucesso em sua administração, e ao Sr. Eliseu Spagnol, Digníssimo Vice-Prefeito; ao Sr. Euclides Kreutz, CHefe de Gabinete e Presidente da Comissão Organizadora da Festa referida, serem encaminhadas à Prefeitura Municipal, Rui Luiz de Camões, 437 - CEP 85955-000, Maripá/PR, e ao Sr. Vereador Elmer Ari Schadech, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Maripá, à Avenida General Canabarro, 579 - CEP 85955-000, Maripá/PR.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 446/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ricardo Gadotti Feldmann (Arigaf), com sede e foro em Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Arigaf - Associação Ricardo Gadotti Feldmann está no quinto ano de funcionamento, atendendo crianças oriundas de escolas públicas municipais ou estaduais, recomendadas por estas ou outras instituições de cunho social, cujo perfil da família representa renda média compreendida entre um até cinco salários mínimos. Tendo como missão, a de ministrar aulas de Informática, Inglês, Literatura e Cultura Geral, propiciando o acesso do aluno ao conhecimento, visando formar cidadãos respeitáveis, conscientes de seus direitos e deveres, contribuindo assim para sua conquista de um lugar no futuro mercado de trabalho, e uma chance de modificar seu destino.

Neste sentido, conclamamos a aprovar o presente projeto de lei, como reconhecimento desta entidade, do esforço de sua Presidente Carmen Dolores Gadotti Feldmann e seus inúmeros apoiadores, que até 2005 já atenderam 425 crianças nos cursos e atividades da Arigaf.

Para que os senhores e senhoras possam conhecer um pouco da Arigaf, destacamos as seguintes disciplinas que são ministradas às crianças:

Literatura: o trabalho desenvolvido na Arigaf nas aulas de literatura tem por objetivo formar leitores críticos, capazes de compreender diferentes tipos de texto. Leitores para os quais o texto escrito pulsa como um horizonte infinito de possibilidades imaginativas, ricas e poéticas.

Artes Plásticas: a forma de comunicação mais dinâmica e eficaz que existe para o ser humano é a imagem. Não foi à toa que o homem, muito antes de saber plantar, aprendeu a desenhar, a esculpir, a representar o que via e o que queria ver. As artes plásticas têm a função de estudar e representar tudo o que pode ser visto: a beleza das formas, a imponência das cores ou o brilho no olhar de uma criança feliz. Objetivamos ainda a potencialização e a descoberta dos talentos de cada aluno nas várias atividades proposta.

Filosofia: em nossas aulas de filosofia, procuramos desenvolver o senso crítico e a capacidade de reflexão de nossos alunos. Através do estudo do pensamento dos filósofos, queremos mostrar como estes desenvolveram a reflexão ao longo da história. Porém, mais do que ensinar como os outros filosofaram, pretendemos ensinar o aluno a filosofar, ou seja, levá-lo a posicionar-se e argumentar de acordo com suas próprias opiniões.

Informática: o objetivo básico da informática é aproximar o estudante do computador, ensinando-o e ajudando-o a dominar alguns conceitos específicos nesta disciplina, assim como familiarizá-los com o hardware e com os softwares básicos, utilizados no dia-a-dia, preparando-os para o futuro mercado de trabalho, haja vista que todas as profissões estão exigindo este requisito atualmente.

Inglês: o ensino da língua inglesa na Arigaf tem como objetivos conscientizar o aluno da existência e

importância de outros universos lingüísticos que cumpram a mesma função comunicativa de sua língua materna e instigar a descoberta das variedades culturais existentes, ampliando a visão do mundo do aluno.

Cidadania: através das aulas de cidadania, procuramos fundamentar temas afins como: valores morais, consciência ética, direitos e deveres necessários à formação humana e partes fundamentais de uma prática cidadã.

Porém, mais do que teorizar sobre tais temas, procuramos despertar nos alunos a vivência dos mesmos, visando melhorar as relações humanas, o que exige prática diária, nos diversos contextos à que fazem parte.

Natação: se considerarmos a natação como meio de recreação, a água pode nos proporcionar momentos alegres e descontraídos, se soubermos tirar dela o melhor proveito. Assim, quando a dominamos, podemos nos divertir nos clubes, nos rios, nos lagos ou no mar, com nossa família e amigos.

Também podemos utilizar a prática da natação como meio de satisfação e auto-realização, pois quando evoluímos na realização de alguma tarefa, nossa auto-estima melhora sensivelmente e nos sentimos mais felizes e realizados.

Música: dividimos as aulas de música em três eixos: o fazer a música, o apreciar e o contextualizar. Dentro do fazer, estaremos considerando a improvisação, a composição e a interpretação. Dentro do apreciar, teremos a escuta, o envolvimento e compreensão da linguagem musical e no contextualizar, estudaremos a música como produto cultural e histórico. Para tanto é preciso que estejamos refletindo, caracterizando, discutindo, comparando, apreciando e identificando a música como estruturação e organização intencional de sonoridades, de timbres, ritmos, melodia, harmonia e a música como manifestação em diferentes culturas, em momentos e contextos históricos diversos, na tentativa de ampliar a vivência musical e construir um conceito do que seria a música hoje.

As disciplinas apresentam a seguinte carga horária:

Matéria	Carga Horária Anual
Artes	38 horas
Cidadania	38 horas
Filosofia	38 horas
Informática	76 horas
Inglês	76 horas
Literatura	38 horas
Música	38 horas
Natação	38 horas

Além disso a Arigaf também participa de eventos externos.

PROJETO DE LEI Nº 447/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Altera a Lei nº 15.119/06 no artigo 3º, “c”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º ...

c) garantia de rampas nos degraus e desníveis com inclinação não superior a 5% (cinco por cento).”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 15.119/06 é de nossa autoria, aprovada por esta Casa e promulgada pelo Presidente Deputado Hermas Brandão.

Após a promulgação desta lei, fomos procurados por entidades e técnicos dos movimentos pela acessibilidade que nos solicitaram um aprimoramento da lei, para que fosse modificado grau de inclinação de rampas para o padrão reivindicado para construções defendido por todos aqueles que lutam pelos direitos das pessoas com necessidades especiais, em particular com condições de mobilidade reduzidas e usuários de cadeiras de rodas.

PROJETO DE LEI Nº 448/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Projeto Cristão Fazendo Diferença - Fazdi, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Cristão Fazendo a Diferença - Fazdi, com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade divulgar as Escrituras Sagradas, através de livros, rádio, televisão e igreja; promover a reinserção familiar e social de sua clientela, além de outros projetos de caráter social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 449/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo, vinculado a Secretaria de Estado do Turismo.

Art. 2º O Programa Estadual de Incentivo ao Turismo tem como objetivos fundamentais:

I - estimular o desenvolvimento do turismo no Estado do Paraná;

II - ampliar e melhorar a infra-estrutura turística paranaense;

III - ampliar e diversificar a oferta turística no Estado, através de incentivo ao surgimento de novos produtos turísticos e ao fortalecimento de produtos ainda não consolidados;

IV - assegurar a sustentabilidade dos produtos turísticos do Estado, sejam novos ou pré-existentes;

V - incentivar o surgimento e a consolidação de produtos turísticos de qualidade em todas as regiões do Estado;

VI - assegurar que o turismo no Estado do Paraná seja efetivamente um instrumento de geração de emprego e renda, de resgate e valorização histórico-cultural e de recuperação e conservação ambiental;

VII - subsidiar a manutenção da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - Amutur, entidade fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado.

Art. 3º Integrarão o Programa Estadual de Incentivo ao Turismo os municípios que fazem parte da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - Amutur.

Art. 4º Caberá a gestão do Programa Estadual de Incentivo ao Turismo à Comissão Estadual de Desenvolvimento Turístico, especialmente criada para este fim.

Art. 5º A Comissão Estadual de Desenvolvimento Turístico compor-se-á de 5 (cinco) membros:

I - Secretário de Estado do Turismo, como Presidente;

II - Presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - Amutur, como membro efetivo;

III - Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Paraná, como membro efetivo;

IV - Presidente da ABAV-PR - Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná, como membro efetivo;

V - Presidente da AMP - Associação dos Municípios do Paraná como membro efetivo.

Art. 6º Os membros da Comissão Estadual de Desenvolvimento Turístico terão mandato enquanto permanecerem em seus cargos nas respectivas unidades.

Art. 7º Fica criado o Fundo Estadual do Turismo, cujos recursos irão implantar e dar sustentação aos objetivos do Programa Estadual de Incentivo ao Turismo.

Art. 8º Os recursos que comporão o Fundo Estadual do Turismo advirão de:

I - Lei Orçamentária destinará recursos para o Fundo Estadual do Turismo como transferências correntes, no valor de até 1,5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS;

II - dotações e créditos específicos consignados no orçamento do Estado;

III - doações;

IV - legados;

V - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza ou de organismos internacionais;

VI - devolução de recursos de projetos não iniciados ou interrompidos, com ou sem justa causa, contemplados com recursos do Fundo Estadual de Turismo;

VII - saldos de exercícios anteriores;

VIII - recursos de outras fontes.

Art. 9º Fica criada a Comissão de Coordenação e Gestão do Fundo Estadual do Turismo, que terá como membros os seguintes representantes:

I - representante da Secretaria de Estado do Turismo, como membro efetivo;

II - Presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - Amutur, como Presidente;

III - representante da Assembléia Legislativa do Paraná, como membro efetivo;

IV - Presidente da Femupar - Federação das Associações de Municípios do Paraná, como membro efetivo;

V - Presidente da AMP - Associação dos Municípios do Paraná, como membro efetivo.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, sendo assegurada a participação de representantes da Comissão Estadual de Desenvolvimento Turístico na elaboração do decreto regulamentador.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que objetiva criar o Programa Estadual de Incentivo do Turismo no Estado do Paraná, através de ampliação e melhoria da infra-estrutura turística paranaense e ampliar e diversificar a oferta turística no Estado, através de incentivo ao surgimento de novos produtos turísticos e ao fortalecimento de produtos ainda não consolidados.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei, que através da implantação do Programa Estadual de Incentivo ao Turismo, assegurará que o turismo no Estado do Paraná seja efetivamente um instrumento de geração de empregos e renda, de resgate e valorização histórico-cultural e de recuperação e conservação ambiental.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 34 Srs. Deputados.

Antes da votação da Ordem do Dia, vamos votar um requerimento da Deputada Cida Borghetti.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 2049-A, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária para logo após o termino da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Desta forma, teremos uma nova Sessão após o término desta. É bom justificar para a imprensa aqui presente que é sem pagamento de jetom.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

A Assembléia instalou uma comissão especial para verificar *in loco* a situação das fazendas invadidas no Oeste do Estado.

Ontem, tínhamos marcado uma reunião, já falamos na tribuna, e havíamos convidado o MST e a Via Campesina, que não compareceram.

Na tarde de hoje, às 14h, esta comissão também tem uma reunião marcada para ser ouvido o Secretário da Segurança Pública e o Delegado designado pela Secretaria para acompanhar exatamente as fazendas lá do Oeste do Paraná.

O Delegado Antônio Botelho até agora não deu a confirmação e a nossa assessoria não conseguiu entrar em contato. E o Secretário da Segurança Pública também, através do Deputado José Maria Ferreira, que é o Vice-Presidente desta Comissão, entrou em contato com a assessoria do Secretário e ontem informou que ele não viria. Que viria no lugar dele o Coronel Daniel Alves de Carvalho.

Conhecemos o Coronel, uma pessoa íntegra, mas como foi convidado o Secretário da Segurança Pública e não o Coronel, em entendimento que tivemos agora pela manhã com os integrantes da comissão especial, decidimos não realizar a reunião, pelo fato de o Secretário se negar a comparecer a esta comissão especial.

Acho que o Secretário da Segurança Pública não está desrespeitando a comissão, mas, sim, desrespeitando o Parlamento do Estado do Paraná.

Está cancelada a reunião marcada para hoje à tarde.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública a Associação Coral Renascer, com sede e foro no município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Municipal e Adjacências, com sede e foro no município da Lapa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, autorizando o Poder Executivo a instituir o teste vocacional na rede oficial de ensino do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 229/06

Altera o artigo 1º e incisos do Projeto de Lei nº 229/06, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Educação, a instituir Orientação Vocacional na Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná.

I - Todas as escolas públicas deverão ofertar Orientação Vocacional para os alunos antes da conclusão do ensino médio.

II - Serão ofertadas para os alunos da Rede Oficial de Ensino, palestras que abordem a área de atuação de

cada profissão e, ainda, demonstrem seus ramos de atividades.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) FRANCISCO BÜHRER

Apoiamento:

Barbosa Neto, Plauto Miró Guimarães, André Vargas, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi e Vanderlei Iensen.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar os imóveis especificados ao município de Vitorino. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre abono de falta aos professores e servidores da rede estadual de ensino que fizeram manifestação pública no dia 28 de março de 2006. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, instituindo o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses, com fulcro no artigo 41, da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 (Código de Defesa do Contribuinte). PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/06, de 15/05/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 244/06

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, institui o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza constitucional ou legal, estando albergado pelo disposto no artigo 53, III da Constituição Estadual.

O projeto possui amplo interesse social, tendo em vista que objetiva recuperar créditos de ICMS para o Tesouro estadual, estando de acordo com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O relator apresenta duas emendas modificativas com o escopo de aprimorar o projeto.

A primeira emenda reduz a multa, de mora ou de ofício, em noventa por cento, a fim de propiciar uma maior adesão por parte dos contribuintes ao programa de recuperação de crédito.

A segunda emenda limita os honorários dos procuradores estaduais em 5% do valor recuperado, medida esta que já foi adotada pelo Governo Estadual quando apresentação e execução do último Refis.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, com a emenda modificativa em anexo; acolho na íntegra as emendas nºs 01, 02, 03 e 04, e com restrição a Emenda nº 05, na forma da proposta deste relator.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 244/06

Art. 1º O parágrafo 4º do artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º A multa, de mora ou de ofício, e os juros serão reduzidos em noventa por cento na hipótese de a pessoa jurídica estar com plano de recuperação judicial ou extrajudicial devidamente deferido ou homologado até 31 de julho de 2006, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

Art. 2º O parágrafo 1º do artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º No caso da regularização de créditos tributários já ajuizados, a adesão fica condicionada ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, que não excederá a 5% (cinco por cento).

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 244/06

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento desta Casa, apresento a Emenda Modificativa e Aditiva ao artigo 2º, parágrafos 1º e 8º, respectivamente, do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 2º ...

§ 1º A opção poderá ser formalizada até 30 de outubro de 2006.

§ 8º As obrigações tributárias com vencimentos futuros, postergados nos termos das legislações dos Programas Bom Emprego, Mais Emprego e Prodepar, serão

consideradas antecipadamente vencidas na data da formalização do pedido de ingresso no Refispar.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA DE Nº 02

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, apresento a emenda aditiva ao artigo 5º do presente projeto, passando a contar com a seguinte redação, e renumerando os seguintes:

Art. 5º As obrigações tributárias futuras a que se refere o parágrafo 8º do artigo 2º, poderão ser compensados com créditos, acumulados de ICMS próprio ou de terceiros ou extintas mediante a utilização de créditos próprios ou cedidos por terceiros, decorrente de precatório, de qualquer natureza, vencidos até dezembro de 2005.

§ 1º Serão aceitos os créditos de natureza comum e os de natureza alimentar, incluindo-se os de pequeno valor e aqueles parcelados na forma dos artigos 33 e 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

§ 2º O pedido de ingresso no Refispar será instruído, em se tratando de compensação com créditos de terceiros, com as escrituras públicas das cessões dos créditos.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 03

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento desta Casa, apresento a Emenda Modificativa ao artigo 9º, parágrafo único do presente projeto, que fora renumerado para artigo 10, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 10. ...

Parágrafo Único. Os valores correspondentes a débitos inscritos em dívida ativa poderão ser amortizados mediante compensação com precatórios requisitórios, de qualquer natureza, vencidos do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 04

Na forma do que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa, o presente Deputado apresenta a emenda modificativa ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, passando a constar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses (Refispar), com o objeto de tornar viável a regularização de débitos fiscais do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, suas multas e demais acréscimos legais, vencidos até 30 de julho de 2006, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os postergados e os ajuizados.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, autorizando o Poder Executivo a doar à Associação das Senhoras de Rotarianos de Moreira Salles, imóveis situados naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/06, de 22.05.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 278/06

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 278/06 de autoria do Deputado Nelson Justus visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel para a Associação de Senhoras Rotarianas de Moreira Salles, entidade de direito privado, mas declarada de Utilidade Pública pela Lei 8224, de 06 de janeiro de 1986, e sem finalidade lucrativa.

Da Constitucionalidade e Legalidade:

A Constituição do Estado do Paraná versando sobre o tema:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta, ou fundação entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público

interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

O Projeto de Lei nº 278/06 se ajusta aos diversos critérios adotados pelo texto constitucional estadual e da Lei Complementar 95/98, que versa sobre a técnica legislativa.

Do voto

O Projeto de Lei 278/06, por sua adequação constitucional e legal, está apto para seu desenvolvimento e aprovação no plenário desta Casa.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 278/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 278/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a doar à Associação das Senhoras de Rotarianos de Moreira Salles, imóveis situados naquele município.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, tendo em vista que os imóveis deverão ser utilizados, exclusivamente, para construção de uma capela mortuária e de uma escola de aprendizes adolescentes no ramo de artesanato, e irá beneficiar toda a comunidade do Município.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

MILTINHO PUPIO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, autorizando o Poder Executivo a proceder à doação à Associação de Pais Amigos dos Excepcionais - Apae, do município de Planaltina do Paraná, dos terrenos de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagens - DER do Estado do Paraná, com matrícula no Registro de Imóveis nº 3.338, do município de Santa Izabel do Ivaí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/06, de 26.06.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 368/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei ora analisado tem como escopo a doação de imóvel pertencente ao Estado do Paraná, mais especificamente a órgão pertencente à Administração Pública Estadual (DER), devidamente especificado.

Da Constitucionalidade e Legalidade:

É legítima a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta, ou fundação entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Tendo em vista que o donatário preenche os requisitos dispostos na Constituição Estadual, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão está de acordo com Lei Complementar 95/98.

Desta forma, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 368/06**

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a proceder a doação para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae, do município de Planaltina do Paraná, Estado do Paraná, terrenos de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagens - DER do Paraná, com matrícula do Registro de Imóveis nº 3.338, do município de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná.

Considerando-se que a Apae dessa localidade desenvolve atendimento em prol dos excepcionais e que necessita de terrenos para a construção de sua sede para a promoção da qualidade de vida dos excepcionais, consideramos justa a presente reivindicação.

Por tratar-se de matéria de elevado cunho meritório, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente
MILTINHO PUPIO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública o Instituto Casa do Idoso Deficiente Visual, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01.08.06).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 385/06**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública o Instituto Casa do Idoso Deficiente Visual com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declarando de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/06, de 07.08.06).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 395/06**

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, alterando a Lei nº 5842/98 que declara de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, localizada no município da Lapa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14.08.06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 418/06

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto tem por finalidade alterar a Lei nº 5.842/1968, no que diz respeito à razão social, passando a denominar Lar Idosos São Vicente de Paulo.

Legitimidade e Legalidade

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa da propositura, concentra-se em Leis Ordinárias e Complementares, e a alteração delas se dá mediante o mesmo ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou, e a matéria observada.

Nesse sentido, a alteração da Lei Estadual sob nº 5.842/1968, ordinária, se verifica mediante nova lei ordinária, que legitimada estará para entrar em plena e saudável vigência no ordenamento jurídico que modificou.

Assim a Constituição Estadual assegura que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade de, por intermédio de outra lei alterar lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

A correção de parte da norma existente constitui alteração legislativa, exigindo as mesmas condições para a criação da lei.

Conclusão

O projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto técnica legislativa, Lei Complementar nº 95/98, e a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar 101/00, bem como a iniciativa da propositura.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação e regular tramitação.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposição)**ITEM 12**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 299/06, de autoria dos Deputados Dobrandino da Silva e Nelson Garcia, que fixa a idade máxima permitida para utilização de veículos de transporte coletivo - para os serviços regulares será de 10 anos e para os serviços especiais não haverá limites. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC nº 234/06

Curitiba, 26 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 235/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento da V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 299/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que a pretendida permissão para utilização de veículos de transporte coletivo com até vinte anos de fabricação, significa maior desconforto aos usuários, aumento dos níveis de poluição ambiental e preocupante redução nos índices de segurança.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 299/06 encontra-se publicado no DA nº 059/06, e 29.05.06, em Projetos de Lei)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 079/06

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 299/06, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo estabelecer o prazo máximo de idade permitido para veículos de transporte coletivo.

Fundamentação

Reza a Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para Encaminhar antes da chamada nominal dos Srs. Deputados, Deputado Nelson Garcia.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estou pedindo voto para a derrubada deste veto. Já foram feitos dois projetos neste sentido, que foram vetados pelo Governo. Este projeto foi feito em conjunto com o Secretário Tissot. É um projeto essencial para o Estado do Paraná. Os ônibus que puxam os estudantes nas universidades e colégios, têm um limite de vida. Nesse mesmo limite para a NTT em Brasília, este ônibus pode fazer excursão de Umuarama até a Bahia, e não pode, pela legislação estadual, puxar estudantes de Perobal para Umuarama, que são 25 quilômetros. Estamos fazendo com que esta lei fique a mesma de Brasília. Que ela seja avaliada pela NTT, pelo Inmetro, que ele possa circular nos municípios.

Por isso peço o voto dos Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede à Chamada Nominal dos Srs. Deputados**)

Trinta e sete Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos Deputados André Vargas, Durval Amaral e Elio Rusch que realizem o escrutínio dos votos.

(**É realizado o escrutínio dos votos**)

Trinta e cinco votos pela derrubada do veto e dois contrários. **Está derrubado o veto e está aprovada a lei.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2042 a 2046, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2049, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Convido os Srs. Parlamentares para a transmissão temporária do cargo de Presidente da Assembléia ao companheiro Pedro Ivo, no Salão Nobre, na segunda-feira, às 09:00. Bem como, aproveitar também para convidar os Srs. Parlamentares, meus colegas, para a transmissão temporária do cargo de Governador, pois o Governador Roberto Requião vai nos dar a honra de assumir o Governo do Estado nesse período, às 10:00.

Gostaria de contar com a presença de todos os colegas.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 244 e 278/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 04 de setembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - das Proposições (PECs) nºs 029 e 030/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 074-A

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar VANIR PEREIRA DE ARAÚJO, do cargo em Comissão da Administração deste Poder, a partir de 01 de janeiro de 2006.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 31.01.2006.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 023/06-DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
4490 5100	2000	100	12.000.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 1100	2000	100	11.500.000,00
3190 9400	2000	100	500.000,00
			12.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 21.08.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto:

Nereu Moura - 1º Secretário.

Atas de Comissão

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois de mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Elton Carlos Welter, Hermas Fonseca, José Maria Ferreira, Nelson Justus e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia:

01) Projeto de Lei nº 165/06 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 264/06 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 050/06 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 013/06 de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 04) Proposição-Veto nº 073/06 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 149/06 de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 074/06 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 150/06 de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: André Vargas, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Ratinho Júnior e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última reunião extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa de leitura pelo Deputado Barbosa Neto. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 250/06 de autoria da Deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Proposição-Veto Parcial nº 49/06 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 002/06 e autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 073/06 de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 163/06 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, lido pelo Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 278/06 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 294/06 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APRO-

VADO; 07) Proposição-Veto nº 036/06 de autoria do Poder Executivo -Veta o Projeto de Lei nº 674/05 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 055/06 de autoria do Poder Executivo -Veta o Projeto de Lei nº 603/05 de autoria do Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 330/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 368/06 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, lido pelo Deputado André Vargas - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 407/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 408/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 409/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 410/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto na forma da emenda anexa - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 412/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 413/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 414/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 795/06 de autoria do Deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁ-

VEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 314/06 de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 403/06 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 404/06 de autoria do Deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 405/06 de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 417/06 de autoria do Deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 419/06 de autoria do Deputado Augustinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 422/06 de autoria do Deputado Elton Carlos Welter. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Barbosa Neto - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 283/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 284/06 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 088/06 de autoria do Deputado Marcos Isfer. O Sr. Deputado Reni Pereira solicita VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária



S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 097

15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	27
Presenças.....	27
Abertura da Sessão	27
Expediente:	

Requerimentos	27
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	27
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	28
2ª Discussão	28
Requerimentos.....	29
Encerramento da Sessão	29

DIÁRIO Nº 097

15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2006

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dez horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Marcos Isfer, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Tadeu Veneri e Vanderlei Iensen (35); achando-

se ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Carlos Simões, Chico Noroeste, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 2049-B

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.08.06.

(a) CIDA BORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 35 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis especificados ao município de Vitorino. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, instituindo o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses, com fulcro no artigo 41, da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 (Código de Defesa do Contribuinte). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovadas as emendas.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/06, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza Poder Executivo a doar à Associação das Sras. de Rotarianos de Moreira Sales, imóveis situados naquele município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza Poder Executivo a proceder à doação para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Planaltina do Paraná, dos terrenos de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagens - DER do Estado do Paraná, com matrícula no Registro de Imóveis nº 3.338, do município de Santa Izabel do Ivaí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultural Franciscana, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declarando de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural de Palmeira, com sede e foro no município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 398/06, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Catadores de Papel - Ascapabel, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, alterando a Lei nº 5842/98 que declara de Utilidade Pública a Sociedade São Vicente de Paulo, localizada no município da Lapa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NELSON JUSTUS (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu queria encarecer a V. Exa, à Mesa e principalmente aos nossos Parlamentares para que segunda-feira conste na pauta da nossa Sessão Ordinária as duas PEC's, a do meio ambiente e a do voto secreto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A do Meio Ambiente não foi dado parecer.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL)

Foi, foi ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então será possível colocar na pauta, que se inclua na pauta as duas PEC's para segunda-feira, do Meio Ambiente e do voto aberto.

O SR. NELSON JUSTUS (PFL)

Muito obrigado.

É importantíssimo que haja quórum porque vamos precisar efetivamente de 33 votos e acho que dificilmente teremos outra oportunidade. Será um dia festivo, teremos a posse de V. Exa. no Palácio e do Pedro Ivo na Assembléia. E quero também desde já encarecer também a pre-

sença dos nobres Pares para que essas duas PEC's sejam aprovadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Requerimento da Sra. Deputada Cida Borghetti.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de solicitar que nessas Sessões Extraordinárias nossas, as emendas eventuais fossem anexadas, porque votamos sem saber quais são as emendas do Projeto de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só informar a V. Exa. que as emendas foram publicadas em 1º discussão. Se a Sra. pegar a pauta, quando foi discutida em 1ª discussão.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

A minha pauta não tinha.

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Requerimento nº 2049-B, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

